

Pregão Eletrônico**■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****RECURSO :**

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA.

PE 20/2021.

CONSTRUTORA CAPITÓLIO LTDA., empresa inscrita no CNPJ/MF de n. 02.040.698/0001-02, estabelecida na Rodovia Mário Covas, passagem Santa Maria, 01, sala A, bairro do Coqueiro, Belém, Pará, vem, respeitosamente, apresentar RAZÕES DE RECURSO contra a decisão proferida pela CPL quando do julgamento habilitação dos licitantes no processo licitatório em referência, o que faz nos seguintes termos:

Trata-se de prego eletrônico cujo objetivo é a "Prestação de serviços de execução de Recuperação de Estradas Vicinais, em municípios diversos inseridos na área de atuação da Codevasf, no Estado do Maranhão, em um total de 1.250 km (7.500.000,00 m2).".

Ocorre que nos autos foi admitida a proposta e declarada habilitada a empresa MACHADO E BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA., porém esta decisão merece ser reformada em razão de que sua proposta viola diretamente itens do edital, conforme explicitaremos abaixo.

1. DO CAPITAL SOCIAL MÍNIMO.

Em sua documentação de habilitação, a Licitante MACHADO E BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA apresentou a sua 5ª Alteração do contrato social onde o capital social da empresa foi majorado para o montante de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Corroborando com o contrato social, foi apresentada certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado do Sergipe, conforme abaixo colaciono:

Diante disto, resta evidente que o capital social da empresa é atualmente de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), já integralizado.

Ocorre que o edital, em seu item 11.1.4, estabelece como requisito de qualificação que a empresa disponha de capital social mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor orçado pela CODEVASF, conforme abaixo:

a) Registro do capital social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.

Inclusive, no próprio AVISO de licitação constou observação neste sentido, consoante se observa no preâmbulo do edital:

OBS.: Na fase de habilitação, o licitante de melhor oferta deverá comprovar que possui capital social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.

Em seguida, observa-se no item 19.1 do Edital que o valor orçado é de R\$57.893.654,29, conforme transcrevo abaixo:

19.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 57.893.654,29 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e nove centavos), em um único item.

Aplicando-se simples matemática, observamos que o limite mínimo de capital social que o licitante deve comprovar é de R\$5.789.365,42, razão pela qual, sendo o capital social da licitante de R\$5.000.000,00, este é inferior ao mínimo estabelecido.

Inclusive, sobre o assunto, é importante registrar que a exigência de capital social mínimo para participar de licitação é plenamente legítima e reconhecida por legal pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CAPITAL SOCIAL MÍNIMO. 1. É lícita a exigência de capital social mínimo para participar de licitação. 2. Exigência que encontra respaldo no art. 31, § 3º, da Lei 8.666, de 21/06/93. 3. Segurança denegada. (STJ - MS: 8240 DF 2002/0027231-4, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 17/06/2002, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 02.09.2002 p. 141)

E mais, a própria lei de licitações, 8.666/1993, em seu artigo 31, § 3º, estabelece que a análise da adequação do capital social deverá observar o VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO, não o valor da proposta, conforme transcrevo abaixo:

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Ante o exposto, havendo flagrante descumprimento do item 11.1.4.a do edital, deve a licitante MACHADO E BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA ser declarada inabilitada.

2. DESCUMPRIMENTO DO ITEM 8.1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA - AUSÊNCIA DE VISTO, REGISTRO OU NOVO REGISTRO NO CONSELHO PROFISSIONAL DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

A licitante MACHADO E BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA é localizada no estado do Sergipe, tendo apresentado a certidão de n. 452891/2021, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe para comprovar o seu registro no órgão competente de fiscalização da profissão.

Ocorre que o item 8.1.1 do Termo de Referência, parte integrante do Edital, estabelece que:

8.1.1. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente. Caso seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA no 336, de 27/10/1989. (GRIFO NOSSO)

A norma mencionada no edital, qual seja, a Resolução CONFEA 336/1989 estabelece que:

Art. 5º - A atividade da pessoa jurídica, em região diferente daquela em que se encontra registrada, obriga ao visto do registro na nova região.

§ 1º - O visto exigido neste artigo pode ser concedido para atividade parcial dos objetivos sociais da requerente, com validade a ela restrito.

§ 2º - No caso em que a atividade exceda de 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, a sua agência, filial ou sucursal, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Art. 6º - A pessoa jurídica, para efeito da presente Resolução, que requer registro ou visto em qualquer Conselho Regional, deve apresentar responsável técnico que mantenha residência em local que, a critério do CREA, torne praticável a sua participação efetiva nas atividades que a pessoa jurídica pretenda exercer na jurisdição do respectivo órgão regional.

Art. 7º - Os Conselhos Regionais, atendendo às peculiaridades de cada região, e de acordo com as condições das atividades neles desenvolvidas pelas pessoas jurídicas, poderão, através de atos próprios, fixar casos de dispensa de registro.

Verifica-se, portanto, que objeto dos serviços, conforme edital e item 1.1 do termo de referência é a Recuperação de Estradas Vicinais, em municípios diversos inseridos na área de atuação da Codevasf, no Estado do Maranhão.

Em sendo assim, considerando que o local da prestação dos serviços é o Estado do Maranhão, e a Licitante tem sua sede localizada no Estado do Sergipe, deveria ter apresentado prova de "visto, novo registro ou dispensa de registro" emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão (Crea-MA), o que não fez.

A Licitante tão somente comprovou o seu registro como pessoa jurídica no CREA da sua sede, CREA-SE, NÃO comprovando que cumpriu o edital no item 8.1.1 e a resolução 336/1989-CONFEA com a devida comprovação da habilitação técnica para atuar no Estado do Maranhão, mediante o "visto, novo registro ou dispensa de registro" do CREA-MA, razão pela qual deve ser INABILITADA.

Ante o exposto, havendo flagrante descumprimento do item 8.1.1 do edital, deve a licitante MACHADO E BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA ser declarada inabilitada.

DO PEDIDO.

Ante o exposto, REQUER que o presente recurso seja CONHECIDO e PROVIDO para reformar a decisão guerreada e declarar a INABILITADA a licitante MACHADO E BARBOSA EMPREENDIMENTOS LTDA, dando-se prosseguimento ao certame.

Nestes termos,
Pede deferimento.

24/01/2022

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

Belém, 20 de janeiro de 2022.

CONSTRUTORA CAPITÓLIO LTDA
CNPJ/MF: 02.040.698/0001-02

Fechar